

A “ETIQUETA” DA ESCRITA ACADÊMICA E O APAGAMENTO EPISTÊMICO DA AUTORIA FEMININA

THE “ETIQUETTE” OF ACADEMIC WRITING AND THE EPISTEMIC ERASURE OF FEMALE AUTHORSHIP

MARITSA KANTIKAS (UFPR)¹

Resumo:

Este texto tem como objetivo apresentar discussões concatenadas para o trabalho final da disciplina Vozes femininas críticas de/des/contra/anti-coloniais, ministrada pela professora Adriana Cristina Sambugaro de Mattos Brahim no primeiro semestre de 2025, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). O trabalho realizado teve como intuito discutir e exemplificar algumas das formas pelas quais a "etiqueta" da escrita acadêmica (sobretudo a brasileira) colabora com o apagamento epistêmico das autorias femininas. Assim, primeiramente, discuto o que se entende socialmente como etiqueta, para, então, exemplificar como podemos percebê-la dentro da academia e, mais especificamente, na escrita acadêmica. Na sequência, discuto como operam ou parecem operar essas forças de controle, e defendo que, a partir, principalmente, do uso da convenção da citação de autoria apenas pelo sobrenome, tendendo a suprimir o primeiro nome, promove-se um afastamento dos corpos que produzem conhecimentos, colaborando com o apagamento feminino e promovendo uma espécie de morte simbólica, que venho a chamar de “feminicídio intelectual”, “feminicídio acadêmico” ou “feminicídio epistêmico”. Ao final, encerro o texto com alguns comentários, reflexões e sugestões, a fim de evitar a perpetuação desse tipo de apagamento.

Palavras-chave: apagamento epistêmico; apagamento feminino; autoria feminina; escrita acadêmica; etiqueta.

Abstract:

This text aims to present discussions interconnected for the final paper of the course Critical de/counter/anti-colonial female voices (*Vozes femininas críticas de/des/contra/anti-coloniais*), taught by Professor Adriana Cristina Sambugaro de Mattos Brahim in the first semester of 2025 at the Federal University of Paraná (UFPR). The work sought to discuss and exemplify some of the ways in which the "etiquette" of academic writing (especially Brazilian academic writing) contributes to the epistemic erasure of female authorship. Thus, first, I discuss what is socially understood as etiquette, and then exemplify how it can be perceived within academia and, more specifically, in academic writing. Next, I discuss how these controlling forces operate or seem to operate, and argue that, primarily through the convention of citing authorship only by surname, tending to suppress the first name, a distancing from the bodies

¹ Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná (2013), licenciada em Letras Português/Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e mestra em Estudos Literários pela UFPR. Preparadora de textos (revisora/corretora), tradutora livre (português e inglês), e professora de inglês.

that produce knowledge is promoted, contributing to the erasure of women and promoting a kind of symbolic death, which I call “intellectual feminicide”, “academic feminicide”, or “epistemic feminicide”. Finally, I conclude the text with some comments, reflections, and suggestions, in order to prevent the perpetuation of this type of erasure.

Keywords: academic writing; epistemic erasure; etiquette; female authorship; female erasure.

INTRODUÇÃO

Gostaria de começar este texto com um breve exercício de abstração: imagine que você está em uma sala cheia de gentes, fazendo o famoso “teste do pescoço”; ao seu redor, você percebe pessoas cis, trans, brancas e não brancas, de diferentes classes sociais e orientações sexuais, com ou sem deficiências, neurotípicas ou neurodivergentes... enfim, pessoas nas suas mais múltiplas variações e intersecções. Então, passado algum tempo, nesse mesmo espaço alguém lança a seguinte instrução: “levante a mão quem conhece ao menos uma história de uma mulher que já se anulou ou foi anulada, apagada e/ou relegada à sombra de algum homem”.

Obviamente, por se tratar de algo tão hipotético, jamais seria possível precisar em números o que estou prestes a perguntar; no entanto: você imagina que seriam poucas ou muitas as mãos que permaneceriam abaixadas?

No mundo concreto (e, portanto, não mais tão abstrato), os exemplos que temos desses tipos de acontecimento são muitos e múltiplos: das ciências, podemos citar a química e física polonesa-francesa Marie Curie, ganhadora de dois prêmios Nobel (nas suas duas áreas de trabalho), que foi em mais de um momento de sua trajetória questionada e até mesmo preterida na primeira indicação ao prêmio, por supostamente não ter realizado tanto quanto seu marido, Pierre Curie; nas humanidades, temos, por exemplo, a filósofa, teórica social e renomada feminista francesa Simone de Beauvoir, quem, em muitos momentos, foi julgada como mera “sombra” do parceiro, o filósofo, artista e crítico Jean-Paul Sartre; das artes plásticas, podemos elencar a pintora mexicana Frida Kahlo, que teve muito mais reconhecimento após sua morte do que em vida, por ser frequentemente eclipsada pelo parceiro Diego Rivera, e até mesmo o caso da pintora estadunidense Margaret Keane, que teve seus créditos roubados pelo próprio marido e também pintor, Walter Keane, que vendia

seus quadros como se houvessem sido feitos por ele (uma história real, retratada no filme *Big Eyes*, de 2014).

Paralelamente, na tentativa de escrever uma história individual, houve ainda mulheres que buscaram formas e artifícios para tentar “burlar” a falta de reconhecimento e os impeditivos sociais ligados ao gênero — recorrendo, eventualmente, a uma espécie de apagamento voluntário: na história podemos pensar, por exemplo, na camponesa francesa Joana D’Arc, que se “travestiu” de homem e liderou o exército francês em significativas vitórias — para, posteriormente, acabar sendo literalmente queimada na fogueira, acusada de bruxaria; na literatura, temos exemplos de autoras que adotaram pseudônimos masculinos para conseguir divulgar suas obras, como a inglesa George Eliot, nascida Mary Ann Evans, e a brasileira Iracema Guimarães Vilela, que publicava sob o nome Abel Juruá.

Naturalmente, também podemos pensar em outros casos que estão, de certa forma, na mesma seara dos anteriores — e foi isso o que me motivou a refletir e escrever sobre este tema no trabalho final da disciplina denominada Vozes femininas críticas de/des/contra/anti-coloniais, ministrada pela professora Adriana Cristina Sambugaro de Mattos Brahim no primeiro semestre de 2025, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esta pequena “lâmpada” de *insights* se acendeu na minha cabeça de maneira quase cartunesca ainda no início de nossos encontros, em um intervalo no qual (tal qual na aula como um todo) discutíamos o ato de mover-se pelas brechas, de modo a fazer o sistema ruir tanto de dentro pra fora quanto de fora pra dentro. Na ocasião, fiz as seguintes anotações:

A “etiqueta” da escrita acadêmica — de se referir aos autores pelo sobrenome, e, em geral, não pelo nome inteiro + a primazia das ideias e não da autoria + ser muito “nova” a tendência de trazer o corpo de volta para a academia = apagamento feminino.

Fora que a noção de que se importar “demais” com a autoria — e não com as ideias — é algo frequente e hipocritamente rechaçado, porque parece que, assim, se perderá o caráter científico da coisa.

Posteriormente, pensei ainda em explorar outros tópicos, mas essa espécie de “metadiscussão metalinguística” continuou reverberando e me trouxe até o presente texto, que tem como objetivo central discutir e exemplificar algumas das formas pelas quais a “etiqueta” da escrita acadêmica (sobretudo a brasileira) colabora com o apagamento epistêmico das autorias femininas.

Tratando dessa questão de “etiqueta”, poderíamos discorrer longamente sobre o uso da primeira pessoa do plural e não da primeira pessoa do singular, por exemplo; todavia, darei foco neste texto majoritariamente a questão de como ocorre o uso dos nomes e sobrenomes nas citações, e quais implicações podem surgir a partir disso. Nesse sentido, o primeiro ponto (da conjugação verbal) surgirá em paralelo, conforme a argumentação for desenvolvida.

Dessa forma, a partir daqui, proponho discutir e pensar: a quem favorece a manutenção desse *status quo* do modo de citar autorias? Quem e quais são os corpos, raças, gêneros e orientações que mais se beneficiam com a perpetuação dessas normas “extraoficiais” (ou *convenções*) da escrita acadêmica? E, por fim, como podemos evitar colaborar com a manutenção desse apagamento epistêmico das autorias femininas?

A “ETIQUETA” NA ESCRITA ACADÊMICA

Segundo o dicionário Michaelis (2025), uma das definições para o verbete “etiqueta”, substantivo feminino derivado do francês *étiquette*, é “Conjunto de regras, normas e estilo observado em ocasiões geralmente formais”. Assim, entendemos que a etiqueta trata de uma série de normas que convencionam as ditas “boas práticas” sociais, como não falar de boca cheia, não apoiar os cotovelos na mesa durante uma refeição, e não falar em voz muito alta — regrinhas que acabam por tolher e controlar, e que, direta ou indiretamente, acarretam penalizações a quem delas foge.

De forma pouco ou nada diferente, percebemos e vivenciamos o mesmo no contexto acadêmico; durante nossas aulas, por exemplo, em inúmeras ocasiões falamos sobre referir-se à professora por seu primeiro nome “versus” utilizar o título “professora” antes. Por mais que essa escolha pareça pequena, ela carrega consigo posicionamentos muito evidentes: uma busca pela horizontalidade na relação educador-educando, uma tendência ao diálogo e à proximidade, pessoalização e acolhimento — perspectivas que, constantemente, são exatamente o contrário do que costumamos experienciar no ambiente acadêmico/academicista.

Visto que me proponho nesse texto a discorrer acerca de como também podemos perceber uma etiqueta normativa na escrita acadêmica — algo que vai muito além das regularidades percebidas nos gêneros acadêmicos, segundo a noção de gêneros do discurso

—, penso que é necessário começar apontando duas convenções que podem ser imediatamente percebidas já no primeiro contato com qualquer gênero textual acadêmico: citar e referir-se às pessoas autoras por seu sobrenome, frequentemente omitindo seus primeiros nomes (até mesmo na seção de referências!), e optar por utilizar a conjugação verbal na primeira pessoa do plural ao relatar passos realizados na pesquisa, como “buscamos”, “fizemos”, “concluímos”, e assim por diante.

Essas podem parecer opções praticamente “inofensivas”; contudo, é válido problematizá-las, a fim de entender algumas consequências que podem derivar dessas escolhas. Embora saibamos que muitas pesquisas são realizadas em conjunto, não é nada incomum que as desenvolvamos de maneira independente — e, em alguns momentos, até mesmo solitária (especialmente quando pensamos na escrita no contexto da pós-graduação). Nesses casos, e por mais que possa haver um contato regular com as professoras e professores orientadores, a maior parte do trabalho é, de fato, realizada pelos próprios estudantes. Sendo assim, por que é ou seria tão condenável — sobretudo no contexto brasileiro² — utilizar a conjugação dos verbos na primeira pessoa do singular?

Felizmente, e de acordo com a área de estudos, essa norma vem adquirindo novas nuances e variantes; em trabalhos mais recentes, que envolvem, por exemplo, elementos e relatos autoetnográficos, mais pessoas têm utilizado com maior frequência o sujeito “eu” e a conjugação verbal na primeira pessoa do singular.

Tal ponto costuma ocorrer lado a lado com o outro supracitado: o uso prioritário dos sobrenomes, acima dos primeiros nomes ou dos nomes completos. E qual é, afinal, o problema nesse caso? O dilema é que o uso restrito de sobrenomes “esconde” ou pode esconder marcadores sociais que podem ser ou vir a ser muito valiosos dentro de diversos contextos de pesquisa, visto que sobrenomes por si só não indicam gênero, sexualidade, e, em muitos casos, nem mesmo raça/etnia³.

² É importante frisar aqui que isso é uma tendência comum na escrita acadêmica brasileira, visto que pode variar de país para país; por exemplo: em trabalhos escritos em língua inglesa (e, mormente, por falantes nativos), é possível perceber mais ocorrências do pronome “I” (eu) ao relatar o que foi feito para realizar o trabalho em questão, sendo “we” (nós) empregado quando realmente há um trabalho feito em colaboração.

³ Por mais que não me proponha a discorrer sobre este ponto nesse texto, penso que também é válido mencionar a ocorrência de casos de mulheres que já têm publicações citadas, se casam e mudam seus sobrenomes, seja por “vontade própria”, seja porque essa é a “ordem natural das coisas” — uma expectativa que vem, muitas vezes, da parceria e das pessoas ao redor, as quais, mesmo sem perceber, acabam por coagir essas

E, considerando esses dois aspectos, mais o fato de que, por uma herança colonial (logo, deletéria), a representação e consolidação epistêmica ainda é extremamente grafocêntrica — isto é, muito mais baseada no que é grafado/escrito, e muito menos no que é ou pode ser disseminando oralmente —, acabamos por gerar ou corroborar uma noção de produção e sistematização dos conhecimentos praticamente “asséptica”, distanciada dos corpos que os produzem. E isso, por sua vez, acarreta e culmina num afastamento desses corpos, e num apagamento, sobretudo de pessoas marginalizadas ou historicamente não ouvidas e sub-representadas.

Conforme indicado anteriormente, optei, nesse texto, por discorrer essencialmente sobre a questão dos sobrenomes, principalmente por entender que o fator da conjugação verbal pode afetar mais sujeitos dentro do contexto da escrita acadêmica. Portanto, a seguir, e a fim de ilustrar como se manifesta essa “pressão normalizadora” da etiqueta das citações e referências, e como ela pode causar o apagamento da autoria feminina, trago alguns dados, referências e exemplos para embasar minha argumentação.

COMO OPERAM OU PARECEM OPERAR AS FORÇAS DA ETIQUETA

Se falamos no/do mito da democracia racial⁴, conforme elucidado por pensadores como o sociólogo e político Florestan Fernandes e o multiartista, ativista e político Abdias do Nascimento, talvez também possamos falar em um “mito da democracia epistemológica” — no sentido de que nem todo o conhecimento gerado é validado e legitimado se vier de regiões geográficas, locais sociais e corpos considerados como menos relevantes. E aí, então e obviamente, se esse conhecimento partir de corpos vistos como inferiores — os *Outros*, segundo, por exemplo, o psiquiatra e filósofo político martinicano Frantz Fanon —, “pior ainda”; nesse caso, a anulação se aprofunda ainda mais, intersecção após intersecção: pessoa do Sul Global > mulher > mulher negra e/ou de alguma outra população minorizada, e assim por diante.

pesquisadoras-autoras, até mesmo atrapalhando suas métricas de impacto (em números de citações, por exemplo).

⁴ Crença extremamente equivocada e ilusória que parte do princípio ou defende a ideia de que, no Brasil, vivemos (em) uma democracia racial, na qual o racismo não existe e pessoas das mais diferentes etnias/raças convivem de maneira pacífica e respeitosa. Sobre isso, e já de antemão pedindo perdão pela ironia: nem aqui, nem em Nárnia, né?!

Levando essa questão terminológica em consideração, tive a ideia de realizar uma brevíssima e deveras básica pesquisa cienciométrica, buscando alguns outros termos e/ou palavras-chave que, também por um processo de extensão, poderíamos conectar com a discussão em questão. Os primeiros são derivados do termo “feminicídio”, crime tipificado no Brasil em 2015 (pela Lei nº 13.104) e que caracteriza o homicídio “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, a qual envolve, ainda, o “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”: “feminicídio intelectual”, “feminicídio acadêmico” e “feminicídio epistêmico”. Essa pesquisa se deu por entender que esse apagamento da autoria feminina provoca a morte simbólica de mulheres dentro da academia/dos espaços mais tradicionais de construção de conhecimento, justamente pelo fato de serem mulheres (e, aqui, penso não somente nas mulheres cis, mas também nas trans).

Em uma busca por esses, termos realizada em 21 de julho de 2025, na base de dados SciELO, ajustando os filtros para todas as línguas e todos os anos, não obtive quaisquer resultados para o primeiro (“feminicídio intelectual”) e para o terceiro (“feminicídio epistêmico”); houve, todavia, um resultado para o segundo termo (“feminicídio acadêmico”), mas tratava-se, na verdade, de um artigo acerca da tipificação do feminicídio no México, e como os estudos dentro da academia podem auxiliar no enfrentamento desse tipo de violência.

Realizando o mesmo procedimento, na mesma data e na mesma base de dados, com o termo “escrita acadêmica”, obtive 130 resultados, mas nenhum para “etiqueta acadêmica”. Fazendo o mesmo na plataforma Google Scholar, surgiram 662.000 resultados para “escrita acadêmica”; contudo, percebi que, ao envolver o termo “etiqueta”, as entradas não estavam conectadas ao tema, e eram mais relacionadas a questões de plágio, por exemplo. Quanto aos três primeiros termos, os resultados se mostraram tangenciais, por tratarem de estudos acadêmicos sobre o feminicídio, e não dessa morte simbólica.

Por fim, buscando o termo “apagamento feminino”, foi possível verificar seis resultados na base SciELO, sendo dois deles repetidos; já na base Google Scholar, obtive 30.500 resultados. Por esse motivo, decidi verificar alguns dos artigos citados, para tentar entender melhor os escopos dos estudos.

O primeiro deles foi o artigo “O Apagamento da Contribuição Feminina e Negra na Ciência: Reflexões sobre a Trajetória de Alice Ball” (2019), dos químicos Letícia dos Santos

Pereira, Carolina Queiroz Santana e Luís Felipe Silva da Paixão Brandão. Esse é um estudo interseccional, que acabou se mostrando bastante relevante para ilustrar parte do que proponho nesse ensaio:

As mulheres que conseguiram superar os obstáculos impostos e ingressar no meio científico sofreram com outros problemas: **muitas cientistas tiveram seus trabalhos descredibilizados devido ao seu gênero, outras ainda tiveram suas pesquisas e reconhecimento roubados por homens, situação que ficou conhecida como efeito Matilda.**

A expressão efeito Matilda, foi cunhada em 1993 pela historiadora da ciência Margaret W. Rossiter. **De forma análoga ao efeito Matthew, que se refere à desvalorização de trabalhos de cientistas desconhecidos, o efeito Matilda surgiu para denunciar casos em que trabalhos realizados por mulheres são atribuídos a homens ou sua participação é diminuída na produção do conhecimento** (ROSSITER, 1993). Alguns exemplos do efeito Matilda são famosos na história da ciência. Por exemplo, os casos da física Lise Meitner, responsável pela descoberta da fissão nuclear, e da físico-química Rosalind Franklin, cujos resultados cristalográficos foram determinantes para que a estrutura dupla hélice do DNA fosse proposta (LIMA, 2016; MADDIX, 2002). **Nenhuma delas teve seus trabalhos e importância reconhecidos em sua época, e o mérito de suas contribuições foi atribuído à homens que tinham algum tipo de relação com suas carreiras, como colaboradores, supervisores ou professores** (Pereira; Santana; Brandão, 2019, p. 93, grifos meus).

É interessante — e decepcionante — perceber o quanto essas ocorrências se multiplicam nos mais diversos campos do conhecimento, pois, também de forma análoga, no âmbito de estudos sociais e decoloniais (ou seja, mais próximos de nossa área), podemos retomar as críticas relacionadas a apropriação cultural/intelectual feitas ao semiólogo e professor de literatura argentino Walter Mignolo quanto a, por exemplo, a socióloga e historiadora boliviana Silvia Rivera Cusicanqui⁵ (Kantikas, 2024).

Concomitantemente, isso vai ainda ao encontro de outro ponto que também merece ser levantado (ainda que brevemente) nesse contexto: os casos de assédio moral, sexual, e, inclusive, intelectual dentro do ambiente supostamente civilizado e civilizante da academia e da discussão do saber, como viemos a testemunhar em recentes polêmicas envolvendo nomes de referência, como os do sociólogo e professor universitário português Boaventura de Sousa

⁵ Quanto a esse caso, em específico, uma das hipóteses que podemos levantar para essa possível apropriação se deve justamente a uma questão elencada anteriormente: como a cultura grafocêntrica muitas vezes tende a “esmagar” a oralidade. Em outras palavras: a trajetória de vida, a construção do conhecimento e a maneira de se comunicar com a comunidade de cada um pode ter influenciado e tornado, por exemplo, Walter Mignolo mais conhecido (e, por isso, mais reconhecido e até mesmo mais citado) dentro do ambiente acadêmico do que Silvia Rivera Cusicanqui — sem ignorar, obviamente, o recorte de gênero indispensável, e que permeia toda a discussão desse texto.

Santos e do advogado, filósofo, professor universitário e ex-ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania brasileiro Silvio de Almeida.

*But I digress*⁶; retomando a questão específica dos sobrenomes, recupero três casos-exemplos que surgiram em nossas aulas. O primeiro deles é um relato da professora e linguista aplicada Clarissa Menezes Jordão, presente em um dos textos que lemos e discutimos durante o semestre. Falando sobre sua experiência em uma banca de seleção de professores na/da Universidade Estadual de Londrina (UEL), ela conta que

Tinha uma pesquisadora famosa na banca, que eu não conhecia na época e por isso nem fiquei mais nervosa do que o normal. E na maior cara de pau, **até citei a própria pesquisadora, sem saber que o sobrenome do autor que eu estava usando para embasar meu plano de aula era um dos membros da banca que estava me examinando**. Enfim, fui aprovada (Jordão, 2018, p. 72, grifo meu).

Esse “causo” me fez pensar: quantas e quantos de nós já não passaram por situações similares? Iludidas(os) pela etiqueta da escrita acadêmica, de tomar como referência sempre (e, muitas vezes, somente) os sobrenomes — os quais, por si só, e conforme venho defendendo, parecem ser quase “assépticos” e desprovidos de marcadores identitários que vão além de uma possível nacionalidade/etnia —, acabamos por, inadvertidamente, promover um apagamento, sobretudo de autoras.

E, aqui, penso que cabe um breve comentário, por mais óbvio que possa parecer: naturalmente, poderíamos pensar que esse apagamento afeta quaisquer gêneros de maneira igual, visto que quando suprimimos o primeiro nome das pessoas autoras perdemos de vista justamente esse marcador de gênero. No entanto, volto a propor outro exercício de abstração; pensando rápido: ao ver um sobrenome citado em um texto, sua mente imagina, “de bate-pronto”, um homem ou uma mulher? Embora eu não possa ter uma resposta imediata de você que me lê, posso imaginar sua resposta com algum grau de certeza...

⁶ Essa é uma expressão idiomática da língua inglesa que denota a percepção de ter se desviado do assunto principal e o esforço para retomá-lo; por mais que aqui eu me proponha a dialogar e discutir sobre um tópico nem sempre linear, me comprometi, desde o início, a tornar a leitura o mais acessível possível (nem que isso implique num grau de didatismo até mesmo cansativo). Por isso, ainda que tenha empregado a expressão em inglês (por sentir que não há outra tão próxima do que eu gostaria de expressar em português), faço uma escolha consciente ao empregá-la e ao traduzi-la nessa nota de rodapé — visto que creio piamente nas ideias de que nenhuma enunciação se dá por acaso, e que todas as nossas escolhas são, de uma forma ou de outra, políticas.

Voltando: analogamente ao caso da Clarissa, em uma de nossas aulas tivemos uma breve discussão acerca do uso de "professor/professora" como pronome de tratamento, e alguns de nossos colegas relataram a dificuldade de abandonar esse uso — algo que faz muito sentido, considerando que tais expectativas hierárquicas não somente nos são ensinadas desde que somos crianças, mas também são *esperadas* pelas pessoas envolvidas nessas trocas (principalmente quando são elas as que ocupam a posição mais alta no contexto de troca).

Uma colega comentou, então, sobre como essa discussão foi um verdadeiro divisor de águas para ela, no sentido de fazê-la refletir e reconsiderar suas próprias práticas, haja vista que, se a busca é por uma horizontalidade, é muito mais lógico se tratar pelo nome — e, mais especificamente, pelo primeiro nome — do que seguir utilizando títulos que, no final das contas, não agregam nada mais do que verticalidade, formalidade e distanciamento.

Aqui, imagino que alguém poderia tentar contestar esse ponto, argumentando que o uso dos primeiros nomes poderia gerar confusões, visto que eles podem se repetir. E reconheço: isso, de fato, é um risco potencial. Porém, há pelo menos dois outros argumentos que podem rebater essa ideia: o primeiro deles se refere ao fato de que isso também pode e de fato acontece com sobrenomes mais "comuns" (em termos de incidência), como Silva, Souza, Smith, e assim por diante. Desse modo, para "tirar a prova" já precisaríamos, de qualquer forma, checar a seção de Referências dos trabalhos.

O segundo argumento, por sua vez, é ainda mais robusto: se retomarmos a noção de enunciados proposta pelo filósofo e crítico literário russo Mikhail Bakhtin, podemos afirmar que eles se tratam de falas profundamente dependentes de suas situações de enunciação. Assim, qualquer pessoa já "iniciada" em dados contextos rapidamente associará, por exemplo, que o nome "Paulo" + conceitos como "práxis" e "educação bancária" remete ao educador e ativista Paulo Freire, e que "Cida" + "pacto da branquitude" se relaciona a psicóloga e ativista Cida Bento.

Em conjuntura similar, o segundo caso-exemplo corresponde a uma situação curiosa que aconteceu em uma das muitas trocas que tivemos durante nossas aulas: em dado momento, um colega fez referência à linguista, professora e autora brasileira Irandé Antunes, dona de um nome que não é "tipicamente feminino" — isto é, um nome que não é tão comum e nem é tão marcado como um nome "de mulher". Por um provável lapso de linguagem, ele

se referiu a ela utilizando, antes de seu nome, o artigo definido "o"; ainda que ele tenha, na sequência, retomado a autora utilizando o artigo "a", foi interessante perceber o quanto, ocasionalmente, somos traídos por nossas próprias mentes e línguas.

Por fim, e também quanto ao uso dos artigos definidos, trago o terceiro caso-exemplo, um acontecimento com o professor, tradutor e intérprete de libras Sérgio Ferreira: em sua participação em nossas aulas (no dia 13 de junho de 2025), ao falar sobre a desestabilização e a transgressão de representações sociais a partir de vozes femininas críticas, ele também fez questionamentos similares aos meus quando elencou um rol de mulheres — enquanto pessoas e geradoras de conhecimento — “antes” de seus sobrenomes. Falando especificamente da filósofa, feminista e ativista argentina María Cristina Lugones, ele “brincou” com os artigos ao nos perguntar “*o* Lugones ou *a* Lugones?”, demonstrando, mais uma vez, o quanto o uso restrito dos sobrenomes pode nos fazer perder de vista outros marcadores identitários importantes.

Nesse contexto, na sequência de nossa discussão, ele novamente levantou a relevância de resgatar os corpos dentro da academia (e, em especial, os femininos), visto que o saber sempre nasce de algum lugar — e, talvez, como muito do que conhecemos acerca da biologia, também nasce, literal e metaforicamente, de ventres.

A fim de amarrar algumas pontas que possam ter ficado soltas, e de tentar pensar e sugerir novas formas de lidar com essa questão do apagamento feminino decorrente da “etiqueta” da escrita acadêmica, na seção a seguir esboço algumas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o dramaturgo inglês William Shakespeare (2017) tenha “acertado” em muitas de suas colocações sobre a vida humana e as relações sociais em suas obras, penso que é válido questioná-lo em pelo menos um ponto; em *Romeu e Julieta*, ao conversar com Romeu sobre a carga simbólica (ou, quem sabe, metonímica) que os sobrenomes das duas famílias rivais carregam, Julieta diz o seguinte:

Meu inimigo é apenas o teu nome. Continuarias sendo o que és, se acaso Montecchio tu não fosses. Que é Montecchio? Não será mão, nem pé, nem braço ou rosto, nem parte alguma que pertença ao corpo. Sê outro nome. **Que há num simples nome? O que chamamos rosa, sob uma outra designação teria igual**

perfume. Assim Romeu, se não tivesse o nome de Romeu, conservara a tão preciosa perfeição que dele é sem esse título. Romeu, risca teu nome, e, em troca dele, que não é parte alguma de ti mesmo, fica comigo inteira (Shakespeare, 2017, p. 36, grifo meu).

No entanto, como bem sabemos, na vida dita “real”, um nome carrega *muito* mais consigo do que apenas uma série de letras ou fonemas. Logo, uma designação diferente pode, sim, ter implicações muito mais profundas para a pessoa que o tem e possui.

Além disso, ocasionalmente, a escolha pela maneira de se apresentar — como podemos perceber na questão de nomes sociais — e grafar é também e inclusive consciente e política; sobre seu nome e o modo de escrevê-lo, a educadora, autora, e crítica social estadunidense bell hooks, por exemplo, faz uma referência dupla: mesmo que seu nome de batismo seja Gloria Jean Watkins, Bell Blair Hooks era o nome de sua bisavó materna, a quem decidiu homenagear com essa escolha. Para mais, a opção por redigi-lo todo com letras minúsculas foi motivada por “[...] um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa” (Furquim, 2019, p. 12).

Também de forma ambígua, referir-nos às pessoas autoras pelo sobrenome parece cumprir um papel duplo — ainda que só o primeiro seja mais explícito: são justamente os sobrenomes os que, mais comumente, aparecem indexados por primeiro em bases de dados, e aos quais nos referimos quando redigimos textos acadêmicos. Ademais, essa prática de citar apenas ou majoritariamente o sobrenome cria um distanciamento que presume uma suposta “imparcialidade”, algo muito bem-visto nos termos acadêmicos. No entanto, há também o que chamei antes de “fator asséptico”, de dissociação de ideias e corpos.

Isto é: a adoção do uso do sobrenome na escrita acadêmica e seu posterior estabelecimento como o padrão provavelmente se deu/dá numa tentativa de “cientifizar” os discursos acadêmicos, dando menos ênfase às autorias, e mais aos feitos e achados. E, mais uma vez, reconheço: isso faz e, por muito tempo, fez sentido para mim também. Mas será que essa é uma abordagem interessante para toda e qualquer área? Será que faz sentido afastar tanto assim um corpo que produz um conhecimento, numa abordagem praticamente platônica, de separação do mundo sensível do mundo das ideias? Penso que não; o conhecimento

também é construído por corpos que atravessam e são atravessados, dentro e fora de laboratórios e salas de aula, e que estão em constante movimento.

Nesse sentido, acredito que uma possível solução para lidar com essa questão do apagamento das autorias femininas é citar os nomes completos (ao menos na primeira vez), e, de preferência, com alguma breve introdução que nos permita situar essas autoras no tempo e no espaço, conferindo-lhes mais dimensões para além de seus sobrenomes e dos anos de publicação de suas obras.

No entanto, e quando cabível, também podemos priorizar leituras e citações de autoras, assim como tensionar essas "regras de etiqueta" da escrita acadêmica, nos referindo a certas pessoas autoras por seus primeiros nomes. Afinal, se bell hooks não é "menos bell hooks" por ter seu nome grafado apenas com letras minúsculas, Lélia Gonzales, María Lugones e Clarissa Menezes Jordão não são e nem seriam "menos autoras" por serem referidas (evidentemente: dentro de contextos muito bem estabelecidos) como Lélia, María ou Clarissa.

Seja lá como for, conforme defendido anteriormente, precisamos continuar questionando, sempre que possível, a quem favorece a manutenção desse status quo (do modo de citar pessoas autoras), e quem e quais são os corpos, raças, gêneros e orientações sexuais que mais se beneficiam com a perpetuação dessas convenções da escrita acadêmica, pois, ainda que incipientemente, essa provavelmente é a maneira mais "fácil" e rápida de agir na contracorrente do apagamento sistêmico (e, ocasionalmente, abertamente intencional) dessas autorias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 23 jul. 2025.

Etiqueta. In: DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/etiqueta/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

FURQUIM, Carlos Henrique de Brito. A Pesquisa Identitária e o Sujeito que Pesquisa. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 11-23, jan./mar., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31914>. Acesso em: 24 jul. 2025.

JORDÃO, Clarissa Menezes. Uma jornada crítica em retrospecto, ou de como se respira no mar. In: PESSOA, Rosane Rocha; SILVESTRE, Viviane Pires Viana; MONTE MÓR, Walkíria. **Perspectivas críticas de educação linguística no Brasil**: trajetórias e práticas de professoras(es) universitárias(os) de inglês. São Paulo: Pá de Palavra, 2018, p. 69-80.

KANTIKAS, Maritsa. **O estudo sócio-histórico-cultural e o processo tradutório**: um projeto de tradução de *Push-Push! and other stories*, de Sindiwe Magona (1996/2001). 2024. 175 p. Dissertação (Mestrado – Mestrado em Estudos literários), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/88714>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PEREIRA, Leticia dos Santos; SANTANA, Carolina Queiroz; BRANDÃO, Luís Felipe Silva da Paixão. O Apagamento da Contribuição Feminina e Negra na Ciência: Reflexões sobre a Trajetória de Alice Ball. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 12, n. 40, p. 92-110, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9346>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SHAKESPEARE, William. **Romeu e Julieta**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 2017. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=89141>. Acesso em: 24 jul. 2025.